



Associativismo em rede e Desenvolvimento Local: O Programa Um Milhão de Cisternas no município alagoano de Olho D'Água do Casado.¹

João Batista Barros de Amorim²

Maria Luiza Lins e Silva Pires³

RESUMO

Este trabalho analisa a relação entre extensão rural e associativismo em rede e seus impactos sobre o desenvolvimento local, no âmbito do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC). Situado como uma política pública, o P1MC considera a cisterna o elemento mobilizador da proposta de convivência com o Semi-Árido, norteadas pela Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA). Os processos de mobilização no âmbito do P1MC têm contribuído para o fortalecimento do associativismo em rede na região semi-árida? Quais as principais dinâmicas associativas desencadeadas pelo P1MC, capazes de promover o desenvolvimento local? Essas questões foram analisadas tendo como referência empírica o município Olho D'Água do Casado, localizado na mesorregião de Xingó, sertão de Alagoas. Os resultados indicam que o P1MC vem se consolidando como uma política de extensão rural calcada na participação e no fortalecimento do associativismo em rede com implicações sobre o desenvolvimento local do município estudado.

PALAVRAS-CHAVE: associativismo em rede, extensão rural, desenvolvimento local.

Introdução

No presente trabalho, discute-se a relação entre extensão rural e associativismo em rede no âmbito do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC). Situado como uma política pública de convivência com o Semi-Árido, o P1MC é uma iniciativa da Articulação no Semi-Árido (ASA), que se propõe a dinamizar as práticas associativas

¹ Trabalho Apresentado no XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEEX) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

³ Professora do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEEX) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).



locais, a partir de intervenções de extensão rural, focadas na mobilização, capacitação e construção de cisternas.

A ASA é uma rede composta por diversas associações da sociedade civil e tem como proposta principal desencadear ações de convivência com o Semi-Árido, norteadas como um contraponto às iniciativas históricas de combate à seca. Valendo-se de uma nova concepção, a ASA estimula a organização associativa como estratégia de participação nas políticas públicas desencadeadas na região. Com efeito, no âmbito do P1MC, a cisterna é o elemento mobilizador dos processos articulados em rede, tendo na participação, uma via privilegiada de convivência com o Semi-Árido. (ASA – P1MC, 2002).

Entende-se que no âmbito do P1MC, a construção de cisternas configura mediações, vinculadas às práticas associativas em rede, estas entendidas como a articulação entre um conjunto de organizações sociais, cujos propósitos se baseiam no fortalecimento das relações de solidariedade e reciprocidade e na capacidade de participação das ações políticas, desde a concepção, até a avaliação dos resultados.

Nesse sentido, é importante frisar que a idéia de associativismo em rede norteia todas as ações do P1MC. Faz-se necessário também ressaltar que o associativismo em rede tratado neste estudo se distancia das históricas formas de organização associativa, comumente instituídas para permitir o acesso dos agricultores a projetos e créditos. Ao contrário, a idéia que move o conceito aqui tratado se baseia em um conjunto de articulações e mobilizações com vistas a um objetivo comum, que é que é a construção de cisternas. Para compreensão de tais aspectos, pergunta-se: Quais as práticas que caracterizam o associativismo em rede no âmbito do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e quais os seus impactos sobre a região semi-árida?

Com base nessas preocupações, este trabalho tem como objetivo analisar a relação entre as intervenções de extensão rural e as práticas associativas em rede, destacando a participação como a principal estratégia do P1MC. Pretende também situar o P1MC como uma política de extensão rural, com vias ao desenvolvimento local na região semi-árida; identificando as principais estratégias e dinâmicas participativas, capazes de definir o associativismo em rede e avaliar os impactos do associativismo em rede nos processos de desenvolvimento local.



Para os propósitos deste trabalho, alguns conceitos serão particularmente destacados como: participação, associativismo, redes sociais extensão e desenvolvimento local. Partindo desses conceitos, têm-se como referência os seguintes eixos: o Fórum de Dlis como instrumento do associativismo em rede; a participação no âmbito do P1MC e os impactos do P1MC nas políticas de desenvolvimento local.

A pesquisa será realizada em Olho D'Água do Casado, um município do sertão alagoano, com 8,3 mil habitantes. A metade da população vive no meio rural, dedicada ao cultivo do milho, feijão, mandioca, abóbora e batata doce, em regime de sequeiro e a criação de animais - bovinos, caprinos, ovinos e aves. A apicultura é a atividade mais recente daquele município, envolvendo 37 famílias.

A escolha desse município deve-se ao fato de que o Fórum de Dlis é o único – dentre os fóruns dos trinta municípios que participaram do Programa Comunidade Ativa – que faz parte das dinâmicas do P1MC. As observações e coletas de dados que subsidiaram essa pesquisa foram feitas em diferentes momentos, no período de 2001 até 2008. Três grupos específicos participaram da pesquisa, totalizando 42 pessoas, sendo: seis pedreiros que construíram as cisternas; seis gestores do Fórum de Dlis e trinta pessoas que têm cisternas construídas pelo P1MC.

Três grupos específicos participaram da pesquisa, totalizando 42 pessoas, sendo: seis pedreiros que construíram as cisternas; seis gestores do Fórum de Dlis e trinta pessoas que têm cisternas construídas pelo P1MC.

Também foram entrevistados gestores da Articulação no Semi-Árido (ASA), do Sebrae Alagoas, da Coppabacs, da Associação dos Produtores de Mel de Olho D'Água do Casado (Aspromel) e da Cooperativa de Apicultores do Sertão Alagoano (Coopeapis), envolvidos diretamente nas dinâmicas do P1MC.

Este trabalho está dividido em quatro partes: A primeira situa o Programa Um Milhão de Cisternas como política pública, destacando os conceitos de participação e associativismo como prerrogativas para a implementação e viabilização das políticas de extensão rural. A segunda situa o associativismo em rede como fio condutor das ações do P1MC e elenca as atividades de participação e mobilização social. Em seguida, são discutidas as ações do P1MC, avaliando os impactos do associativismo em rede sobre o desenvolvimento local. Finalmente, a quarta parte tece algumas considerações finais, a partir dos elementos que se destacaram na análise.



A importância do presente estudo está na possibilidade de se discutir os significados da participação em processos de intervenção no campo da extensão rural e de ampliar a compreensão das formulações teóricas a respeito do associativismo em rede, em processos de desenvolvimento local.

2) Situando o Programa Um Milhão de Cisternas como política pública

A discussão sobre políticas públicas voltadas para contextos populares considera um conjunto de aspectos e possibilidades que orientam as condições locais e interferem na vida cotidiana das pessoas e nas suas variadas formas de organização. As políticas de extensão rural compreendem uma série de mudanças, com a criação de vários planos, serviços, estratégias e organismos distribuídos nas várias regiões brasileiras. Trata-se de uma questão política historicamente permeada por valores, mediações, interesses, ambivalências e contradições, com diferentes níveis de participação e influência dos segmentos sociais.

Callou (2006) destaca que a participação continua sendo citada como variável orientadora das políticas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural. Porém, afirma que tais políticas precisam ser analisadas de forma crítica, já que o caráter participativo continua fazendo parte dos discursos institucionais, sem, necessariamente, estar presente nas ações políticas. Referindo-se, particularmente, à participação no âmbito da extensão rural, Callou (2006) destaca que

A participação teve sentidos e significados diferentes a depender da conjuntura política em que esteve atrelada. [...] É, talvez, a única variável que vem permeando os discursos oficiais das políticas de desenvolvimento desencadeadas no Brasil, ao longo da história da extensão rural.

Tal reflexão aponta para o fato de que os projetos governamentais e/ou não-governamentais se apropriam do discurso da participação, como estratégia e pretexto de legitimação dos processos de desenvolvimento. No entanto, a atribuição do termo participação nos discursos institucionais nem sempre garantem os processos dialógicos nas práticas extensionistas. Nesse sentido, Daniel Rech (2000) reconhece que, embora os conceitos de participação e associativismo continuem como variáveis orientadoras das políticas públicas, as práticas associativas pautadas na autonomia e na participação ainda são pouco comuns.



Na perspectiva do desenvolvimento local, Neto (2005) afirma que as dinâmicas e práticas associativas, nos mais variados contextos, constituem um campo de disputas e confrontos entre as divergentes concepções de vida social e interesses econômicos. Para esse autor, as práticas associativas em rede, podem contribuir, por exemplo, para ampliar a discussão sobre as políticas de extensão rural.

Ao discutir a influência da participação na formação cidadã, Putnam (2000), que as questões coletivas e práticas de cooperação estão vinculadas diretamente à esfera da vivência cotidiana. O autor ressalta que a convivência em associações civis é uma das formas de construção de relações de reciprocidade e confiança entre as pessoas.

Vinculando a participação com democracia, Tocqueville (1969 apud Pires, 2004) em seu clássico “A democracia nas Américas”, ressalta que a participação ativa nas organizações associativas constitui um importante indicador de uma cultura democrática. Nessa direção, Ammann (1980), destaca que, a partir das últimas décadas do século XX, o Estado adotou a política de investir na institucionalização de espaços públicos consultivos e deliberativos. Ressalva a autora, que tais espaços – tidos como mecanismos democráticos de mobilização e participação social, nas políticas públicas de desenvolvimento – podem estar atrelados ao mero interesse de legitimação das políticas públicas, definidas pelo Estado.

Sen (2000) trata as oportunidades sociais como facilitadoras da participação, esta entendida como a capacidade de as pessoas fazerem suas próprias escolhas, de forma livre. Nessa ótica, o autor enfatiza a liberdade como o principal objeto do desenvolvimento, ressaltando a importância da ação individual na construção de ações públicas. Brose (2004), trazendo a discussão para o campo da extensão rural, define a participação como poder, enfatizando a necessidade de as pessoas se organizarem e participarem das políticas de extensão rural, que “precisam ser reinventadas”. Para esse autor, a participação no âmbito das políticas de extensão rural pode ampliar a visão sobre o conjunto de aspectos que caracterizam o espaço rural – o associativismo, a agroindústria, os serviços, as manifestações culturais e o turismo.

Pinto (2006) critica o caráter homogêneo atribuído às práticas associativas nas pesquisas acadêmicas e nas políticas e práticas extensionistas. Sob tal ótica, o associativismo é visto como o resultado da associação voluntária com objetivos comuns, sem considerar os conflitos inerentes às práticas sociais. Essa concepção, segundo o autor, pode acarretar a perda das possibilidades de discussão sobre os interesses das



organizações sociais, muitas vezes calcadas sobre estruturas hierárquicas, com propósitos estanques.

Intimamente relacionada aos conceitos e às práticas de participação e de associativismo, destacam-se algumas reflexões sobre redes sociais, no contexto das políticas de desenvolvimento. Fischer (2006), destaca o crescimento das redes sociais e enfatiza estas permitem identificar e potencializar as capacidades locais, por meio de relações de troca, partilha e solidariedade, numa lógica não linear, não hierarquizada, flexível e estrategicamente vinculada à participação.

Sob o paradigma informacional, Castells (2000) enfatiza que a própria contemporaneidade pode ser definida pelo “estar em rede”, referindo-se ao conjunto de ferramentas criadas para dar conta da complexidade da configuração das sociedades contemporâneas. Para o autor, as redes são instrumentos apropriados para a economia baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada; a cultura de desconstrução e construção contínuas e a organização social, pautada na suplantação do espaço e invalidação do tempo.

Ao aproximar a discussão sobre redes e desenvolvimento local, Silveira (2002) aponta que as redes associativas devem ter fluxos de comunicação consistentes, sobre bases sociais efetivas, que estimulem mudanças em padrões culturais arraigados. Para esse autor,

A própria idéia-força de desenvolvimento local é, em sua essência, uma idéia de redes, que valoriza a participação e a formação de laços flexíveis, permite a convivência de proximidades e distâncias e estimula relações de reciprocidade. (SILVEIRA, 2002, p. 14).

As contribuições desses autores mostram elementos importantes para compreender as relações entre associativismo em rede e extensão rural, no âmbito do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC). Com o propósito de dialogar com os elementos teóricos e empíricos, adota-se a metodologia de estudo de caso, para analisar uma experiência em curso.

A partir dessas discussões, cabe ressaltar alguns aspectos sobre o trabalho da Articulação no Semi-Árido (ASA), para situarmos o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) como uma política pública. A ASA é uma rede formada por 750 instituições da sociedade civil, que se propõe a discutir, elaborar e realizar ações políticas de convivência com a região. Segundo Duque (2007), a história da ASA começou na



década de 1970, com discussões em torno de questões imediatas como a necessidade de construção de cisternas para coleta e armazenamento de água de chuva, no meio rural. Para essa autora, tais iniciativas permitiram organizar redes, mobilizar a sociedade civil e construir políticas públicas de convivência com o Semi-Árido.

Duque (op. cit.) ressalta, ainda, que a criação de redes com os movimentos e fóruns da sociedade civil contribuiu para substituição, gradativa, dos projetos efêmeros, até então mantidos na região semi-árida, pelo poder público e pelas organizações sociais. Entre as ações desencadeadas, destaca-se a construção de cisternas no meio rural, que culminou na elaboração e implantação do P1MC, em toda a região semi-árida.

A idéia de redes presente na constituição da ASA se reproduz na proposta política do P1MC e permite envolver sindicatos rurais, cooperativas, associações comunitárias, fóruns, conselhos e pastorais, nos processos de mobilização, capacitação e construção de cisternas. A descentralização das ações e a participação de vários segmentos da sociedade, aliadas a outras características, permitem situar o P1MC como uma política pública, articulada e realizada em rede. Tais estratégias têm como propósito reforçar o caráter de política pública, especialmente voltada para ampliar os debates acerca da convivência com o Semi-Árido. (ASA – Relatório de Avaliação do P1MC, 2007).

3) O associativismo em rede no Programa Um Milhão de Cisternas

No município de Olho D'Água do Casado, o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) é realizado pelo Fórum de Dlis, uma rede formada por 14 associações comunitárias. O papel da rede é viabilizar as ações propostas na Agenda de desenvolvimento local, com destaque para projetos de infra-estrutura: construção de reservatórios para coleta e armazenamento de água de chuva; construção de casas de alvenaria; melhoria das escolas e das estradas; eletrificação das casas e dos prédios públicos do meio rural.

A constituição da referida rede começou antes do P1MC, envolvendo as associações das 14 comunidades, o poder público municipal e as instituições que atuam na região, a exemplo do Sebrae, da Chesf e do Instituto Xingó. A parceria entre essas instituições resultou no desencadeamento de um ciclo de intervenções de extensão rural,



com a formação e capacitação técnica, visitas de intercâmbio para troca de experiência entre os agricultores, além da construção e recuperação de cisternas.

Os dados empíricos permitem inferir que, até 2008, as práticas associativas em rede se fortaleceram no meio rural do município de Olho D'Água do Casado. As associações articuladas em rede organizaram trabalhos de mutirão nas comunidades, se mobilizaram para captar recursos financeiros, participaram de cursos e viagens de intercâmbio e criaram mecanismos que permitiram incluir as famílias nos projetos.

A gestão da rede funciona de forma compartilhada ou colegiada: quatro gestores atuam mais diretamente em duas comunidades e dois gestores trabalham com três comunidades, escolhidas pelo critério de proximidade física. O Fórum se reúne mensalmente para avaliar o andamento dos trabalhos, discutir novas ações e distribuir as responsabilidades entre as associações de cada comunidade. Particularmente no âmbito do PIMC, as demandas de cada comunidade são definidas em função das necessidades. As comissões e os gestores do Fórum acompanham os trabalhos de responsabilidade das famílias, dos pedreiros e dos técnicos da Unidade Gestora da ASA.

Os resultados das ações do PIMC apontam para uma pluralidade de atividades movidas por grande mobilização popular. Destacam-se, por exemplo, a construção de cisternas, barragens subterrâneas e banheiros; o plantio de mudas de espécies nativas; a formação em temas relacionados à convivência com o Semi-Árido; a formação de pedreiros em técnicas de construção de cisternas; a participação das famílias em palestras, cursos e outros eventos e o acesso de agricultores a créditos do Pronaf. Registram-se, ainda, a participação dos apicultores em uma associação municipal e uma cooperativa regional; a formação de um consórcio de agricultores e a participação dos agentes de saúde em um sindicato estadual.

Tais atividades são ilustrativas para mostrar a importância da participação e da mobilização como motores essenciais para o desenvolvimento de um trabalho coletivo no âmbito das políticas de extensão rural.



4) Impactos do associativismo em rede no desenvolvimento local

As inferências empíricas revelam que o associativismo em rede praticado no município de Olho D'Água tem impactos positivos nos processos de desenvolvimento local. Isso porque, como evidenciado, as formas associativas utilizadas nos processos de mobilização, capacitação e construção de cisternas aproximaram as pessoas, mostrando possibilidades para implantação de novos projetos no município, ampliando, assim, a percepção sobre as potencialidades locais. A rede formada pelo Fórum de Dlis é o espaço político de referência das pessoas. Nesse sentido, cabe ressaltar que a inserção do município no Programa Luz para Todos e no Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) se deu por conta da participação da rede de associações nas discussões com a prefeitura, com a ASA e com outras instituições locais.

É possível admitir que o associativismo em rede provocou uma série de mudanças na vida da população, a partir das intervenções de extensão rural, desencadeadas no âmbito do P1MC. Tais mudanças podem ser elencadas em dois níveis: no campo objetivo que se refere às conquistas materiais e no campo subjetivo que compreende o aumento da capacidade organizativa, com reflexos na capacidade de participação dos processos de desenvolvimento local.

A disponibilidade de cisternas para coleta e armazenamento de água foi citada pelos entrevistados como um bem, uma conquista que representa a oportunidade do uso de água limpa, quando comparada com a água suja dos barreiros e barragens. Esse aspecto se liga a outros, como a redução dos riscos de doenças veiculadas pela água, por conta da ingestão de água potável, uma questão já avaliada no âmbito do P1MC. Estudos realizados por Brackburn (2005) revelam que, a partir da conquista da cisterna e do armazenamento de água das chuvas, as transformações na vida das famílias foram avaliadas desde a percepção de melhoria da saúde, até a capacidade de participação destas famílias nos processos de mobilização, articulados e organizados pela ASA.

A organização das pessoas revela um passo importante na renovação das relações do Fórum com as instituições parceiras. O Fórum, ao incentivar a mobilização e a participação das pessoas a criarem relações articuladas em rede, promoveu a criação de novos espaços políticos, dentro e fora do município. Entretanto, alguns aspectos que permeiam as relações de poder, troca e confiança entre as pessoas que têm cisternas, sinalizam interesses e práticas ambivalentes.



Os depoimentos são ilustrativos na medida em que ressaltam os diferentes níveis de interesse antes e depois do acesso aos benefícios. Uma das entrevistadas declara:

“[...] Eu sempre fui para as reuniões do Fórum, mas depois que ganhei a cisterna, o banheiro e a energia elétrica nunca mais participei de nada, mesmo sabendo que devia ir, pois foi através do Fórum que esses benefícios chegam aqui na comunidade.” (Cida, Comunidade Rede de Luz, outubro de 2008).

Numa perspectiva muito semelhante, outra mulher reconhece a importância do Fórum de Dlis na conquista dos benefícios coletivos e destaca a mudança de interesse depois de ter conseguido os seus, enfatizando que

“[...] Se não fosse o Fórum até hoje a gente não tinha cisterna, banheiro e energia. Eu passei mais de dois anos indo para as reuniões e mesmo precisando de outros projetos, depois que ganhei a cisterna e o banheiro não fui mais pra canto nenhum. [...] Digo que é por descuido mesmo!” (Anacleide, Sítio Gorgonha, outubro de 2008).

Entende-se que as ambivalências residem na mudança dos interesses depois que as pessoas conquistaram os benefícios. Assim, o que antes era visto como uma obrigação – participar das reuniões e dos cursos, por exemplo – motivada pelo interesse de ‘ganhar uma cisterna’, depois passa a ser uma opção, que depende da vontade individual. O que se observa, entretanto, é que, depois de alcançado o objetivo se desfaz a mobilização.

Sobre essa questão, trinta entrevistados declararam que continuam dependendo da prefeitura municipal para abastecer suas cisternas, porque usam a água da chuva para todos os fins domésticos, gerando a necessidade do abastecimento com água de outras fontes. As constatações foram feitas no período eleitoral – antes e depois das eleições municipais e os entrevistados não quiseram se pronunciar sobre a troca de votos por água. Porém, declararam que se sentiam beneficiados e até valorizados pela prefeitura, que vem cumprindo a promessa, abastecendo as cisternas.

A dependência das pessoas com relação à prefeitura parece paradoxal – uma vez que elas têm as cisternas e podem coletar a água de chuva – mas as constatações apontam que a demanda e a oferta de água fazem parte das relações políticas criadas entre as pessoas e a prefeitura, reforçando os vínculos de dependência e subalternidade entre a sociedade civil e o poder público.



5) Considerações Finais

A partir da experiência analisada, pode-se considerar que o associativismo em rede constitui um instrumento de mobilização de particular relevância nos processos de desenvolvimento local, por se constituir como uma estratégia para a solução de problemas em comum.

Nesse sentido, cabe ressaltar que o trabalho de extensão rural feito com as 14 associações comunitárias, antes do P1MC, contribuiu para ampliar a mobilização dos agricultores e o entendimento de suas demandas. Contribuiu, acima de tudo, para que os agricultores percebessem e assumissem as responsabilidades com suas cisternas.

O interesse pela organização de associações comunitárias foi um dado discutido de forma recorrente no âmbito do P1MC e faz parte do conjunto de propostas da Agenda de Dlis.

A capacidade de articulação do Fórum de Dlis com entidades governamentais e não governamentais parece indicar que o associativismo em rede tem fortalecido os laços de parceria e ampliado as perspectivas de novos caminhos na construção do desenvolvimento local.

Foi possível constatar que a mobilização das pessoas em torno das cisternas contribui para as famílias construírem novas dinâmicas cotidianas, motivadas, entre outros aspectos, pelo fácil acesso de água limpa. Isso implica diretamente na redução do trabalho diário das mulheres e crianças em busca de água.

Os dados foram ilustrativos no sentido de mostrar que, no município de Olho do D'Água do Casado, o associativismo em rede contribui para o envolvimento e a participação das pessoas e o fortalecimento dos laços de solidariedade entre elas. Contribui, ainda, para ampliar a compreensão das pessoas sobre a importância dos trabalhos coletivos e sobre o poder que elas têm de debater sobre as políticas públicas, com os vários segmentos da sociedade, principalmente com o poder público local.

As dinâmicas do P1MC podem ser consideradas como práticas extensionistas na medida em que propõem o diálogo entre os técnicos e os agricultores e entre estes e suas organizações associativas. Os processos de mobilização, capacitação e construção de cisternas também se apresentam como estratégia e prática dialógica, valorizando a



participação das pessoas, a liberdade de escolha e o poder de decisão, individual e coletivo.

Situar o P1MC como uma política pública requer a compreensão em torno das concepções teóricas que apontam a existência de conflitos, interesses e valores nas políticas de extensão rural e desenvolvimento local. Tal entendimento parte do pressuposto de que o trabalho do P1MC não foge à regra, seja pela necessidade de mobilizar os vários segmentos da sociedade, ou pelo, viés econômico, por mobilizar vultuosos recursos financeiros que vêm sendo movimentada em torno da construção de cisternas.

Finalmente, considerando que, no presente momento outras ações estão sendo desencadeadas no município estudado, o campo empírico permanece aberto para novas investigações.

REFERÊNCIAS

AMMANN, Safira Bezerra. **Participação Social**. 2 ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

ASA - **Primeiro Encontro de Avaliação do Programa Um Milhão de Cisternas**. Recife - PE, 2007.

ASA - Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semi-Árido: **Um Milhão de Cisternas Rurais**. ed. revista. Recife, 2002.

BRACKBURN, Daniel M. **Avaliação de Potabilidade a Água na região de atuação da Diaconia no Semi-Árido nordestino**. 1 ed. Recife: Diaconia, 2005.

BROSE, Markus (Org.). **Participação na extensão rural: experiências inovadoras de desenvolvimento local**. Porto Alegre: Tomo, 2004. 273p.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. **Extensão rural: Polissemia e Memória**. Recife: Bagaço, 2006.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DUQUE, G. **A Articulação do Semi-Árido no Nordeste**. Campina Grande - PB, 2007. (mimeo).



FISCHER, Rosa Maria. Novos arranjos para a sustentabilidade. In. CABRAL. Antônio e COELHO, Leonardo. (Org.) **Mundo em Transformação**: caminhos para o desenvolvimento sustentável. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

NETO, Genaro Ieno. **Assentamentos rurais e desenvolvimento**: em busca de sentido – O Projeto Lumiar na Paraíba. João Pessoa: 386 p.: il.- UFPB/CCHLA/PPGS, 2005.

PINTO, João Roberto Lopes. **Economia Solidária**: de volta à arte da associação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

PIRES, Maria Luiza Lins e Silva. **O cooperativismo em questão**: a trama das relações entre projeto e prática em cooperativas do Nordeste do Brasil e do Leste (Quebec) do Canadá. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2004. 318p.

PUTMAN, Robert D. *Comunidade e Democracia*: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

RECH, Daniel. **Cooperativas**: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: FASE, 2000.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Trad. Laura Teixeira Motta. 6^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVEIRA, Caio. **Miradas, métodos, redes**: o desenvolvimento local em curso. Desenvolvimento local – Dinâmicas e Estratégias. REDE DLIS. Brasília - DF. 2002.